



AEPET

NOTÍCIAS

Rio de Janeiro Ano XXXIX nº 348- Junho / 2008

IMPRESSO ESPECIAL

CONT. Nº 9912179595

ECT/DR/RJ

AEPET



Informativo Oficial da Associação dos Engenheiros da Petrobrás

AMAZÔNIA E SOBERANIA NACIONAL

Petróleo, Amazônia e soberania brasileira, cada vez mais, alimentam os meios de comunicação e os debates nacionais e internacionais. Os temas são de relevância estratégica para o Brasil, com reflexos para a integração da América do Sul. Nesse sentido, eles merecem um tratamento muito mais aprofundado por parte da equipe de Governo com a sociedade brasileira, que clama ser ouvida.

Tais assuntos estratégicos sempre põem à prova a presença do Estado brasileiro e o funcionamento das suas instituições. As notícias escabrosas sobre violência na Reserva Indígena Raposa-Serra do Sol e outras regiões amazônicas, a prisão do prefeito de Pacaraima (RR), Paulo César Quartiero, baixarias em sessões no Congresso Nacional e a demissão da ministra Marina Silva (Meio Ambiente) dão relevo à ausência do Estado na Amazônia. O pior é a resistência deste em dirimir conflitos, quando constatamos que seus membros preferem recorrer às frases de efeitos, como, por exemplo: "são atos terroristas".

É preciso jogar na lata do lixo os chavões importados (leia-se "Teoria da Conspiração") e encontrar soluções autóctones e de integração continental. A população de Roraima já havia se insurgido, em 2000, contra a demarcação da Raposa-Serra do Sol em área contínua. Logo, não se trata de conspirar contra Governo A ou B.

Outra questão importante tem a ver com o papel das nossas Forças Armadas (FFAA). Algumas personalidades e publicações importantes no País levantaram fantasmas e colocaram em dúvida o conteúdo dos discursos de nossos militares sobre o conflito em Roraima. Mas acreditamos que as pessoas atentas – de espíritos desarmados e pensando no Brasil – chegarão à conclusão da importância das FFAA na solução de questões estratégicas. E mais: não podemos prosseguir "empurrando com a barriga" o problema do sucateamento das nossas três Forças militares, decisivas para a defesa territorial da Amazônia e da soberania nacional. O contrário é fragilizar a integridade nacional, deixar o caos para as futuras gerações e alimentar o discurso alienígena de que o Brasil não sabe cuidar da Amazônia.

Em recentes palestras do Clube Militar, o oficialato informou que o Governo Federal sinalizou com cerca de R\$ 9 bilhões/ano para orçamento das FFAA. No entanto, em 2008, como primeiro movimento para minorar a defasagem, receberam cerca de R\$ 6 bilhões – Marinha, R\$ 1,6 bilhão; Exército, R\$ 1,7 e Aeronáutica, R\$ 2 bilhões – esta última tendo recebido um pouco mais, em função do seu reaparelhamento em curso. São recursos modestíssimos para as dimensões do Brasil, detentor de abundantes recursos naturais estratégicos, dentre eles, as áreas promissoras

de se encontrar petróleo (óleo e gás), descobertas pela Petrobrás em nosso mar territorial de 200 milhas.

Em 2006, o curso de especialização em História das Relações Internacionais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/UERJ) promoveu, no mês de outubro, a palestra "A Amazônia sob a Ótica da Segurança", com o General Eduardo Dias Villas Bôas, ex-chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia (CMA).

O general Villas Bôas lembrou que no mundo de hoje, as guerras têm sido justificadas como sendo para o combate ao narcotráfico, ao terrorismo, às agressões ao meio-ambiente, entre outras. Mas na verdade, o que há por trás dessas guerras é a cobiça por recursos naturais. **"Se nós não cuidarmos bem do nosso patrimônio, estaremos dando argumentos para que outros pretensamente venham intervir em nossos assuntos internos"**.

O general Villas Bôas disse que a Amazônia tem dois papéis importantes a cumprir no Brasil. O primeiro, é que, na medida em que for integrada na dinâmica de desenvolvimento do País, através de uma ocupação racional, ela desenvolverá e elevará o poder econômico do Brasil. Ele destacou que, só em recursos naturais, a Amazônia tem cerca de US\$ 2 trilhões, sem contar o efeito multiplicador das atividades econômicas a serem dinamizadas na região.

As primeiras iniciativas do Movimento em Defesa da Amazônia (MDA) – O Modecon lançou, no último 28 de abril, o MDA, em concorrido encontro na Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Os principais coordenadores do MDA são a presidente e o vice-presidente do Modecon, respectivamente, Maria Augusta Tibiriçá Miranda e o engenheiro Ricardo Maranhão. Em seu manifesto "Em defesa da Amazônia", o MDA afirma: "... Julgamos chegada a hora de deflagrar um grande movimento em defesa da Amazônia, para o qual convocamos todos os brasileiros, acima de distinções político-partidárias e de diferenças de classe". Os organizadores sublinham que o MDA tem como inspiração a campanha "O petróleo é nosso", notadamente por seu caráter apartidário.

O engenheiro Ricardo Maranhão lembrou que a ONU (Organização das Nações Unidas) fez aprovar, em dezembro de 2007, com voto favorável de diplomatas brasileiros, a "Declaração Universal dos Povos Indígenas". Sendo que, os EUA, Canadá e Austrália, países com significativas populações indígenas, votaram contra a aprovação da referida declaração.

Maranhão disse que tal documento, combinado com a Emenda Constitucional nº 45, segundo a qual os documentos decorrentes de tratados internacionais que uma vez aprovados pelo Congresso Nacional, têm força de texto constitucional.

Continua na pág. 3

O QUE FAZER COM O PETRÓLEO

Artigo do vice-presidente da AEPET, Diomedes Cesário da Silva.

Página 4

A LUTA AMAZÔNICA É UMA LUTA NACIONAL

Artigo do escritor Edson Monteiro.

Página 4

A PROFECIA DE ORLANDO VILLAS BOAS

Para aqueles que acham que a tese da Amazônia ameaçada é uma paranóia, é bom conferir o que disse o insigne brasileiro.

Página 4



O coordenador do Movimento em Defesa da Amazônia (MDA), Ricardo Maranhão, demoliu, em evento na ABI, alguns fantasmas e reforçou sua crença na democracia brasileira. Quem assistiu a fala do ex-presidente da AEPET, concluiu que devemos defender e aprimorar cada vez mais o regime democrático, mesmo diante de tantas mazelas existentes no País. Maranhão completou que o MDA não compactuará com propostas golpistas, bem como não irá permitir que nossas Forças Armadas sejam denegridas, pois "são instituições nacionais permanentes e que merecem nosso respeito". Ele lembrou que os militares participaram de todos os atos importantes para a História do Brasil, como, por exemplo, o fim da Escravatura, a campanha "O petróleo é nosso" e a Proclamação da República. E ressaltou: "Não podemos confundir torturadores, assassinos, perseguidores autoritários com as FFAA democráticas, previstas na Constituição Federal. (...) É ingenuidade achar que podemos ter um País das dimensões do Brasil sem as FFAA para defendê-lo". Neste "AEPET Notícias" damos continuidade aos temas que envolvem o petróleo, Amazônia e soberania nacional. Desejamos sucesso ao novo ministro do Meio Ambiente Carlos Minc, bem como exortamos às nossas autoridades a fim de que revejam, o mais breve possível, as Leis do Petróleo, das Florestas e não endossem a Declaração Universal dos Povos Indígenas, para que os interesses nacionais prevaleçam. Do contrário, o Brasil não vencerá os seus crescentes desafios nacionais e internacionais.

Expediente

AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobrás
 Tel.: 21 2533-1110 - Fax: 21 2533-2134
 Av. Nilo Peçanha, 50 /2409 - Centro/RJ

Presidente: Heitor Manoel Pereira
Vice: Diomedes Cesário da Silva

Diretoria

Comunicações: Fernando L. Siqueira / **Vice:** Felipe C.C.Coutinho
Administrativo: Ruy da S. Gesteira / **Vice:** Roldão M. Fernandes
Pessoal: Pedro da Cunha Carvalho / **Vice:** Henrique Sotoma
Cultural: Silvio Sinedino / **Vice:** Ricardo Latgé M de Azevedo
Jurídico: Sydney Reis Santos / **Vice:** Roberto Cartaxo M. Rios

Conselho Fiscal

Efetivos: Hamilcar Beviláqua Neto, Rubin Diehl Filho, Gilbert Prates
Suplentes: Clemente F. da Cruz, Roberto P. Coelho, Clovis C.Rossi

Núcleos

Aepet-Bahia: Admilson Quintino Sales / **Aepet-BR:** Adalberto César P. Costa / **Aepet-Macaé:** José Carlos L. de Almeida / **Aepet-NS:** Solon Mauro S. Fagundes / **Aepet-SE/AL:** Rosivaldo R. Santos

Delegados

Juiz de Fora: Murilo Marcatto / **Espírito Santo:** Paulo W. Magalhães
S.José dos Campos: Clemente F. da Cruz / **Curitiba:** Ernesto G. R. de Carvalho / **Pernambuco:** Adelman José Leão Brasil / **Brasília:** Velocino Tonietto

Redação

Jornalista Responsável: José Carlos Moutinho (Mtb 24460)
Reportagem: José C. Moutinho
Fotografia: Alessandra Bandeira
Projeto Gráfico: Marta P. Guimarães - magainter@globo.com
Arte: Alessandra Bandeira
Diagramação: Alessandra Bandeira
Impressão: Jornal do Commercio
Tiragem: 21 mil exemplares
Correio Eletrônico: aepet@aepet.org.br

Permitida a reprodução na íntegra ou em parte, desde que citada a fonte

1 – PLANO UNIAEPET

Os filhos de associados(as) que não puderem mais usar a AMS poderão entrar para o Plano UNIAEPET com isenção total de carência. Esta isenção está vigorando para as inscrições que forem feitas até Junho próximo.

Confirmam no portal as outras carências do plano.



2 – Ações Jurídicas

A AEPET continua coordenando a entrada de ações jurídicas em defesa dos direitos do seus associados junto à Petrobrás e à Petros. Estão sendo executadas as seguintes ações:

a) Ação contra a homologação do acordo de obrigações recíprocas (AOR) que a FUP, Petrobrás e Petros tentam realizar com grande prejuízo para os participantes do fundo Petros (repactuantes e não-repactuantes).

Esta é uma ação cautelar cujos dados e documentação necessária podem ser obtidos no portal da AEPET (www.aepet.org.br) ou na AEPET (21) 2533-1110 com Ivana ou Margareth.

b) Ação de níveis: Esta ação busca receber os aumentos dados pela Petrobrás ao pessoal ativo e não dado aos aposentados nos acordos (ACTs) de 2004/2005, 2005/2006 e 2006/2007. Diversas ações já tiveram decisão favorável no TST e é importante que quem ainda não entrou procure fazê-lo com presteza. Os informes também podem ser obtidos no portal da AEPET ou na nossa sede (ver acima)

3 – PLANO UTI MÓVEL DOMICILIAR:



A AEPET tem convênio de atendimento domiciliar com a UTI VIDA para atender a urgências e emergências médicas. Com uma pequena taxa mensal o associado pode incluir seus familiares no plano da UTI VIDA para esses tipos de ocorrências médicas.

4 – Novos ASSOCIADOS:

Se você ainda não é sócio da AEPET venha se associar e fazer a AEPET cada vez mais forte. Basta ter **qualquer curso de nível superior** e trabalhar ou ter trabalhado (aposentado) em qualquer empresa do sistema Petrobrás. Associe-se e usufrua dos benefícios que criamos para você e seus familiares. Detalhes no portal da AEPET (www.aepet.org.br) ou pelo telefone (21)2533-1110 com Margareth ou Ivana.

Os sócios da AEPET também têm direito:

PASSEIOS

A MW Lobo Mauro realiza excursões e passeios turísticos, com desconto, para os associados e seus familiares. Excursões de curta duração têm desconto de 10%.

Já, para os pacotes nacionais e internacionais com maior duração, o desconto é de 5%. Os sócios poderão receber a programação mensal em suas residências, basta fazer o registro junto a MW Lobo Mauro pelos telefones 2552-9169/2553-4370 com Antônio Mauro Lobo.

Também temos a programação no sitio da aepet: www.aepet.org.br.



ASSISTÊNCIA MÉDICA AEPET - AMA

AMA é o Plano de Assistência médica criada pela AEPET que oferece serviços de profissionais médicos, dentistas, psicólogos, laboratórios e, outros exames. As cobranças são feitas conforme a tabela empregada pela A.M.S. da Petrobrás (tabela AMB/CIEFAS-1996 ou pela tabela CBHPM. Ou seja, o associado paga pelo serviço no próprio consultório.

Pode participar, além do sócios, qualquer pessoa que o sócio indique. Basta preencher a ficha de inscrição com os dados dos dependentes. Não há limitação nem quanto ao número nem quanto a idade das pessoas a serem inscritas

SEGURO AUTOMÓVEL



A AEPET tem convênio com a Canadá Assist para estudo e apresentação de propostas para seguro de automóveis. Ela representa as principais seguradoras do país e pode apresentar diversas opções, de modo a conseguir a melhor alternativa de seguro para o interessado.

NÃO PERCA TEMPO. VENHA FAZER PARTE DA AEPET.



AMAZÔNIA E SOBERANIA NACIONAL

A referida declaração da ONU está para ser apreciada pelo Congresso Nacional que, se aprovada, e diante do que determina a EC nº 45, será mais um dispositivo – a 50ª EC – que mutilará ainda mais a Constituição Cidadã de 1988.

O documento da ONU diz que os povos indígenas têm direito à autodeterminação, têm as suas próprias leis, têm as suas próprias opções de desenvolvimento, e de que as suas áreas não podem ter instalações militares, entre outras prerrogativas. “Os índios, como todos os brasileiros, têm direito de emitir sua opinião quanto às políticas públicas, mas o que não é tolerável é um general militar brasileiro, comandante da Amazônia, não poder ingressar numa área indígena. Um cidadão brasileiro, seja ele quem for – branco, negro, mestiço, mameluco – não poder ingressar num pedaço do território brasileiro. Isso é uma coisa absolutamente intolerável, tanto é que os EUA, Canadá e Austrália não aprovaram”, destacou Maranhão.

Diante desse grave equívoco de nossa diplomacia, o MDA tirou como primeira iniciativa fazer gestões junto aos parlamentares no Congresso Nacional

para que não aprove tal afronta à soberania nacional.

A segunda iniciativa do MDA tem a ver com a retirada de brasileiros da área Raposa-Serra do Sol. Para Maranhão, o Governo Lula, a exemplo dos governos anteriores, insistiu com uma política equivocada no trato dos conflitos oriundos da demarca-



“Vamos aos ministros do STF dizer que nós queremos defender nossos índios, mas queremos também índios brasileiros e que ninguém toca no nosso território, porque não vamos permitir.” (Ricardo Maranhão).

“Vamos aos ministros do STF dizer que nós queremos defender nossos índios, mas queremos também índios brasileiros e que ninguém toca no nosso território, porque não

ção continua da região: 17.000 km². “A expulsão de brasileiros na Raposa-Serra do Sol vai representar a fragmentação das famílias, sem falar no risco de uma guerra civil. O governador de Roraima diz que a saída dos arroteiros, que não ocupam sequer 1% da referida região, trará um prejuízo de 6% à economia do estado. Por isso o STF (Supremo Tribunal Federal) suspendeu a operação da Polícia Federal”.

O STF suspendeu liminarmente, mas ainda não julgou o mérito da questão. Nesse sentido, o MDA decidiu ir aos minis-

tros daquela Corte e dizer que o general Heleno Ribeiro, ex-comandante Militar da Amazônia, “não está sozinho”. “Mas deve ser dito, também, que o episódio não pode ser usado como ato de indisciplina para derrubar um presidente constitucionalmente eleito. Embora sejam contrários à posição do presidente, ele deve ser respeitado, pois foi eleito democraticamente”, ressaltou Maranhão. “Vamos aos ministros do STF dizer que nós queremos defender nossos índios, mas queremos também índios brasileiros e que ninguém toca no nosso território, porque não vamos permitir”, concluiu Maranhão.

Assim, no que tange a Amazônia e a soberania nacional, podemos verificar os passos iniciais da evolução dos mesmos ideais de determinação e sentimento pátrio, que fizeram da campanha “O petróleo é nosso” uma longa e vitoriosa jornada. O Movimento em Defesa da Amazônia, a julgar pela qualidade das lideranças e da amplitude das entidades envolvidas, tem tudo para ser mais um forte instrumento de luta em defesa da Amazônia e da soberania nacional.

Participemos!

A PROFECIA DE ORLANDO VILLAS BOAS

Para algumas personalidades que acham que a tese da Amazônia ameaçada é uma paranóia de milico, entre outros segmentos, lembramos uma proferia do renomado sertanista e patriota Orlando Villas Boas: A TV Cultura, no seu programa “Expedições” apresentou parte de uma entrevista feita com o referido brasileiro, falecido em dezembro de 2002, na qual este ponderou: “Os americanos levaram para os EUA 15 chefes ianomâmis, tanto brasileiros como venezuelanos, para lá aprenderem o inglês e serem treinados ‘politicamente’ para que, ao retornarem, criassem um contencioso internacional com o objetivo de fazer com que a ‘comunidade internacional’ declarasse a criação de um Estado ‘Índio’, tutelado pelos EUA, cujo território seria delimitado pelas áreas das atuais reservas ianomâmis no Brasil e na Venezuela. Vocês pensam que eles fazem isto por amor aos ianomâmis? Não, é por que em Roraima estão as maiores reservas de urânio do mundo. Eu, provavelmente, não viverei para ver isto, mas vocês, com certeza, testemunharão.” (Orlando Villas Boas - TV Cultura, 15 de junho de 2003)



A AMAZÔNIA É NOSSA

O QUE FAZER COM O PETRÓLEO

Geopolítica do Petróleo

Diomedes Cesário da Silva (*)



Imagine que você tenha uma pequena propriedade rural de onde retire o sustento de toda a sua família. Um belo dia descobre petróleo em um poço que perfurava em busca de água. A reserva não é grande, mas o suficiente para pagar os investimentos, garantir o abastecimento das máquinas e veículos da propriedade e fazer uma pequena poupança. Alguns vizinhos lhe sugerem que pare de trabalhar, venda tudo e viva da renda. Você faz as contas e verifica que após vinte anos o dinheiro terá acabado e ficará sem fonte de renda. Desta forma, prefere manter sua rotina, trabalhando e não gastar hoje o que lhe fará falta amanhã.

Num país, o raciocínio não é diferente. O Brasil possuía, no final de 2006, reservas provadas de 12,2 bilhões de barris de óleo, que dariam para 18,5 anos. Vale lembrar que somente o campo de Tupi, descoberto recentemente, pode acrescentar entre 5 a 8 bilhões de barris às nossas reservas. Enquanto isso, o México tinha reservas de 48,5 bilhões de barris em 1996, despencando para 12,9 bilhões em 2006, suficientes para apenas 9,6 anos de produção. A Venezuela possuía 72,7 bilhões em 1996 e 80,0 em 2006, suficientes para 77,6 anos. Curiosamente, os dois países tinham a mesma reserva em 1986, cerca de 55 bilhões de barris. Os países do Oriente Médio tinham reservas para durar entre 70 a 90 anos e os EUA, para 11,9 anos. Os dados são da BP Statistical Review of World Energy, de junho de 2007 (<http://www.bp.com/statisticalreview>).

Mas, quem é o dono do petróleo no Brasil? Pela Constituição Federal (artigo 176) e Lei do Petróleo (Lei 9478), as reservas pertencem à União Federal. Entretanto, a Lei dá a propriedade do petróleo, após extraído, à empresa que recebeu a concessão para explorá-lo. Em resumo: enquanto está guardado é da União; após ser produzido, de quem extraiu.

Você dirá que não faz muita diferença, pois quem produz é a Petrobrás, que é do governo. Infelizmente não é bem assim. Primeiro, após a abertura do setor no governo anterior, a Petrobrás tem entrado nas licitações com parceiros. Portanto, a produção não é só dela. Segundo, a União Federal tem apenas 32,2% do capital social da Petrobrás. No final de 2000, o governo FHC vendeu 16% das ações da União. Ainda que considerada a participação do BNDES, mal chega a 40%. A União tem o controle da companhia, pois detém 55,7% das ações com direito a voto. Mas, dos lucros leva apenas um terço do valor distribuído. Cerca de 40% vai para acionistas no exterior.

Uma outra questão importante é quem se apropria dos recursos gerados pela venda do petróleo. Na média mundial, as participações governamentais são 65% da receita líquida da produção de petróleo e gás natural. São superiores a 80% no Oriente Médio, Venezuela e Noruega. O Brasil fica na média dos países importadores e dos EUA, 45%. Dados da Ciência Hoje, de julho de 2000.

Mas, talvez a mais importante das questões, tem sido pouco tratada pelos jornais. Como controlar a produção, para garantir que não se exporte mais do que o necessário, sem danos para o país e as gerações futuras? Atualmente, quem descobre petróleo procura retirá-lo o mais rapidamente possível para recuperar os recursos investidos.

No debate sobre a alteração da Lei do Petróleo, estas questões têm que ser tratadas. As companhias estrangeiras e privadas nacionais, reunidas no Instituto Brasileiro do Petróleo, defendem a produção e exportação da área do pré-sal para não se perder a “janela de oportunidade” e não mudar a legislação atual. O Financial Times perguntava, em uma de suas edições de maio, por que os grandes produtores não estavam aumentando a oferta para aproveitar esta oportunidade? Ele mesmo respondia: “os grandes produtores já dispõem de toda a receita que podem gastar, quanto mais alto os preços subirem, menor sua inclinação a extrair o petróleo. Afinal, no subsolo até o momento, o petróleo se provou um investimento superior à maioria dos ativos que um fundo de riqueza soberana poderia ter.” Está aí uma lição a ser apreendida.

Diomedes Cesário da Silva (Vice-presidente da AEPET)



ASSISTA



Assista ao programa Debate Brasil em sua cidade. Para saber os dias e horários de transmissão acesse www.aepet.org.br Ou assista a qualquer hora o programa em seu computador na nossa página.

OUÇA



Ou escute o programa qualquer dia ou qualquer hora na página da AEPET: www.aepet.org.br

A luta amazônica é uma luta nacional

Edson Monteiro (*)

Em 1999, ainda dentro das iniciativas do Movimento Nativista que integro, coordenei a edição da Coletânea "Amazônia I", do Neema - Núcleo de Estudos Estratégicos Mathias de Albuquerque, onde personalidades do meio militar e pessoas de alto prestígio do meio civil mostraram a realidade da situação amazônica brasileira.

Hoje, passados nove anos do lançamento daquela obra (esgotada), voltam à tona, com grande intensidade, os assuntos que a justificaram: a soberania nacional, a cobiça internacional, o aproveitamento alienígena da questão indígena para justificar a potencial desintegração da Amazônia brasileira do restante da Nação, o receio (absurdo) de que as manifestações dos militares possa representar um retrocesso na reconquista democrática recente.

Nesse contexto, agravado pela crise energética e pela quase-certeza de que o Brasil estará

na mira do mundo quando se iniciar verdadeiramente a crise mundial da água, alguns brasileiros se lançam a uma campanha de conscientização nacional que se assemelha, segundo eles, à luta de O Petróleo é Nosso. O que me preocupa nessa suposta semelhança — e já me manifestei sobre isto — é a convicção de que aquela campanha pôde ser construída entre segmentos discretos da sociedade que, mesmo tendo representantes de origens ideologicamente díspares, detinham a intelectualidade mínima que os sustentava juntos numa missão nacional não xenófoba. Eles eram o mais esclarecido pensamento disponível ao propósito nacional e foram suficientes para levar a campanha à vitória.

Já a situação amazônica é, a meu ver, diferente. Não dá para ser resolvida na insuficiência de campanhas de esclarecimento. Não dá para torná-la sequer uma questão a resolver (que dirá, resolvida...) sem a maciça participação popular. Acertos diplomáticos,

como praxis da solução, apenas adiarão a consumação da perda territorial ou propiciarão dias terríveis para a sociedade brasileira. É necessário criar instrumentos de convencimento que tragam, a exemplo das Diretas-Já ou do clássico impeachment, os jovens à rua e os comícios que despertam os políticos à sua missão pública. Todos, desde o Norte vizinho da questão até o longínquo Sul dos gaúchos, precisam sentir na massa do sangue que aquele tesouro lhes pertence e representa a oportunidade de um salto libertador. E eles não sabem!

É provável que na literatura brasileira, no que concerne aos ensaios e documentários, não haja matéria mais focalizada que a Amazônia. Juntando-se este acervo ao congêneres de origem estrangeira, é provável que as contribuições ao entendimento daquele rincão não encontrem similar numérico no mundo. Convenhamos, é muita coisa já esclarecida. Prosseguir, entre os intelectuais, falando sobre o que todos

já sabem, só se justifica por missão professoral ou diletantismo acadêmico. O Estado brasileiro

precisa se decidir, de uma vez por todas, se quer ou não manter o seu direito sobre aquelas terras, e somente uma manifestação popular, amplamente disseminada, pode forçar tal decisão. Aceitar um novo país - de fato - dentro daquele cujo povo tem o direito nacional sobre as terras, é derrota prévia, onde nem mesmo a ressalva de que o desastre se deu "sem uma gota de sangue derramada" é cabível, pois é certo de que muitos já se feriram e outros já morreram na realidade amazônica de uma terra-de-ninguém.

O povo precisa reagir como quem sabe que "a luta amazônica é uma luta nacional".

* Edson Monteiro

(Engenheiro, professor e escritor)



CLUBE DE ENGENHARIA FAZ HOMENAGEM A HEITOR MANOEL PEREIRA

O Clube de Engenharia, em sua sessão ordinária do dia 28/04/2008, homenageou o engenheiro e presidente da AEPET, Heitor Manoel Pereira, por seu passamento em 28/03/2008. A sessão foi presidida pelo presidente do Clube, Heloi Moreira, e contou com as presenças de cerca de 50 Conselheiros, entre eles, que se pronunciaram, Raimundo de Oliveira, Paulo Metri, Ricardo Latgé e Edson Monteiro.

Os Conselheiros fizeram uma breve exposição sobre Heitor, e se referiram, sempre, como um nacionalista e um defensor de projetos nacionais. Para Heitor, falar inglês jamais. Ele sempre

lutou pela valorização da cultura brasileira. Segundo Raimundo de Oliveira, "Heitor era um homem determinado e perservante em seus objetivos". Raimundo lembrou, também, do período difícil de Heitor enquanto chefe do SERMAT-Serviço de Material da Petrobrás, até ser cassado pelo regime de exceção. Mas sempre manteve sua qualidade: ser generoso e amigo. Raimundo, no final do seu discurso, disse: "em todas as reuniões, que tinham como pauta a Petrobrás e a engenharia, Heitor estava presente".

Paulo Metri fez uma breve homenagem: "Heitor era

comprometido com as causas sociais, um estrategista em fazer alianças para alcançar seus objetivos, notadamente nas questões nacionais. Nas reuniões do Clube, sempre defendeu a engenharia, o petróleo e tudo que fosse de interesse do povo brasileiro. Nunca pleiteou cargos ou chefias. Como dizia: "ficava na trincheira da luta". Metri ressaltou, ainda, a importância da família de Heitor: "a família



sempre o apoiara em diversas decisões". E concluiu: "Heitor está fazendo falta".

A sessão contou com a presença da viúva, D. Olívia Pereira, seu filho Luis Carlos Pereira, nora, genro e netos.

Carmela Laviano
(estagiária)

LIVROS À VENDA

O Despertar do Nativismo Brasileiro Tomo I - Séc XVII



AUTOR:
EDSON MONTEIRO

EDITORA:
LETRA CAPITAL

VALOR:
R\$ 24,00

O Despertar do Nativismo Brasileiro Tomo II - Séc XVIII



AUTOR:
EDSON MONTEIRO

EDITORA:
LETRA CAPITAL

VALOR:
R\$ 25,00

Desafios Brasileiros



AUTOR:
SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES

EDITORA:
CONTRAPONTO

VALOR:
R\$ 35,00

Movimento em Defesa da Amazônia



Todas as segundas 2ª feiras de cada mês, às 17h:30m, o Modecon está realizando reuniões do Movimento em Defesa da Amazônia. Todos os brasileiros estão convidados.

Rua Araújo Porto Alegre, 71 - 7º - Centro - Rio de Janeiro. Telefax:

(021) 2262-5734

